



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8039

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo.

Autoria: Executivo Municipal

Data: 29/05/2012

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 88/2012. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, repassar recursos financeiros e firmar convênio com o Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS - GRAPPA, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.522, de 25/06/2012).

Controle Interno – Caixa: 21.3

Posição: 14

Número de folhas: 09

Espécie: PL
Categoria: Repasse recurso
Cl: 21.3
Ordem: 14
nº fls: 01



Nº 54/2012

21.06.2012

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 88/05/2012.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros à Entidades que Menciona, Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 29/05/2012

Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE UR -
- 3 - CONCEITO EM: 21.06.2012
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

PROJETO LEI Nº. **88**
DE 24 DE MAIO DE 2012.

Às comissões
29.05.12

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE QUE MENCIONA, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao GRAPPA – Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS dentro do PAM DST/AIDS - Plano de Ações e Metas para as DST's e AIDS.

Art.2º - Para atender ao repasse de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), através da seguinte dotação orçamentária:

Projeto	Elemento de Despesa	Fonte	Valor
02.12.02 – 10.305.0069.2144	335041	150	R\$ 8.000,00

Art. 3º - Para atender a abertura do crédito a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

Projeto	Elemento de Despesa	Fonte	Valor
02.12.02-10.305.0069.2144	339039	150	R\$ 8.000,00






MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 24 de maio de 2012.


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 29 DE MAIO DE 2012

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANCEIRA
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 29 DE MAIO DE 2012

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DE _____ POR
REGIME DE ORÇEN CIA
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDENTE

De: Secretaria de Planejamento e Coordenação
Para: Procuradoria Jurídica

- Informações para abertura de crédito adicional especial

Dotação a ser criada:

Projeto	Elemento de Despesa	Valor	Fonte
02.12.02 – 10.305.0069.2144	335041	8.000,00	150

Como fonte de abertura do referido crédito, anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

Projeto	Elemento de Despesa	Valor	Fonte
02.12.02 – 10.305.0069.2144	339039	8.000,00	150



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

Montes Claros (MG), 24 de maio de 2012.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2011

Assunto: encaminhamento de Projeto de Lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVENIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE QUE MENCIONA, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

O Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS (GRAPPA) é uma entidade civil, filantrópica, reconhecida e de utilidade pública municipal e estadual, fundada em 1992, tendo sede neste município.

A aprovação deste Projeto Lei contribuirá para as atividades desta instituição, tendo em vista que esta sobrevive, fundamentalmente, de doações voluntárias. Solicitamos desta forma, que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 088/2012 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE QUE MENCIONA, ABRIR ABRIR ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 30 de maio de 2012.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 88/2012

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “ Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio e repassar recursos financeiros à entidade que menciona, abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 29/05/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 31/05/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei versa sobre repasse financeiro e abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, através da Secretaria de Saúde Municipal de Desenvolvimento Social no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** para ser repassado ao GRAPPA- Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS dentro do PAM DST/AIDS- Plano de Ações e Metas para DST's e AIDS.

Nos termos da Mensagem do Executivo, a lei contribuirá para as atividades da instituição, tendo em vista que esta sobrevive de doações voluntárias.

De acordo com o art. 51, inciso IV c/c art. 165, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Executivo realizar abertura de créditos, desde que autorizado pela Câmara Municipal, observando, no entanto, o limite previsto em lei.

Assim, esta Comissão verifica que o presente projeto trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

Em relação à questão financeira, o Executivo Municipal indicou dotações necessárias para atender a abertura do referido crédito.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, _____ de junho de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá : _____

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota: _____ 21.06.2012

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus _____ 04-06.2012



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 88/2012

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “ Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio e repassar recursos financeiros à entidade que menciona, abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas em 29/05/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 31/05/2012, para, nos termos do art.69 do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei versa sobre repasse financeiro e abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, através da Secretaria de Saúde Municipal de Desenvolvimento Social no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** para ser repassado ao GRAPPA- Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS dentro do PAM DST/AIDS- Plano de Ações e Metas para DST's e AIDS.

Nos termos da Mensagem do Executivo, a lei contribuirá para as atividades da instituição, tendo em vista que esta sobrevive de doações voluntárias, já que é uma entidade filantrópica, reconhecida como utilidade pública municipal e estadual.

De acordo com o art. 51, inciso IV c/c art. 165, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Executivo realizar abertura de créditos, desde que autorizado pela Câmara Municipal, observando, no entanto, o limite previsto em lei.

Em relação à questão financeira, o Executivo Municipal indicou dotações necessárias para atender a abertura do referido crédito.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto

